

Algumas considerações sobre lácteos: Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul

Andréa HopfBianquin¹

RESUMO

As transformações organizacionais da cadeia de lácteos nos países Brasil e Argentina, a partir da década de 90, remetem ao reconhecimento de elementos propulsores como o projeto Mercosul e as exigências internacionais crescentes de abertura comercial e modernização produtiva. Estas reestruturações, dado as especificidades políticas-econômicas desses países, converteram-se em processos dinâmicos, cujas externalidades afetaram suas composições produtivas e competitividade, contribuindo para uma nova conformação regional do comércio.

Palavras-chave: Mercosul, lácteos, desregulamentação, competitividade, comércio internacional.

ABSTRACT

SOME CONSIDERATIONS ON LACTEOUS: BRAZIL AND ARGENTINA INSIDE MERCOSUL - The organizational transformations of the lacteous chain in Brazil and Argentina, since the 90's, have remitted to the acknowledgment of propelling elements such as the Mercosul project and the growing international requirements of commercial opening and productive modernization. These restructurations, given the polical-economical specificities, were converted into dynamic processes, whose externalities affected their productive composition and competitiveness, contributing to a new regional conformation of trade.

Keywords: Mercosul, lacteous, competitiveness, deregulation, international trade.

¹ Bacharel em Economia (UFSM), Especialista em Pensamento Político Brasileiro (UFSM), Mestranda em Integração Latino-americana (UFSM). Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM.

1 Introdução

A análise de setores dinâmicos da economia na América Latina, a partir da década de 90, é de fundamental importância na medida em que se implementa um contexto de integração regional – o Mercosul, fator este que vai proporcionar impactos definitivos sobre a transformação produtiva e comercial, de forma gradual, porém definitiva.

O setor de lácteos destaca-se pela forte percepção quanto às novas exigências, diante de um quadro de reestruturação do comércio internacional, onde o capital e os investimentos externos assumiram a lógica de desenvolvimento atuante. Estima-se que a produção mundial de leite e de derivados (destaque p/ EUA, UE, Austrália, Nova Zelândia e o Mercosul) situa-se em torno de 539 milhões de toneladas, embora o comércio manufaturado represente apenas 6% desta produção (FAO – *Food and Agriculture Organization*, 1998), devido a dificuldades de perecibilidade, a prioridade às demandas domésticas e a entraves protecionistas.

Diante dessas condições, o Mercosul eleva-se pelos benefícios da União Aduaneira quanto ao processo de produção e comercialização de lácteos no livre comércio, aliado ao tamanho do mercado consumidor (Brasil) e o elevado grau de especialização produtiva (Argentina), incorrendo na conformação de uma cadeia agroindustrial promissora e atrativa, tanto intra como extra-bloco, onde o levantamento de alguns aspectos de suas organizações torna-se conveniente.

No item 2 procura-se constatar as condições políticas e econômicas mais relevantes na região, em que as cadeias iniciam sua reestruturação. Em seguida (item 3) levantam-se algumas características e especificidades do setor nos países Brasil e Argentina. Posteriormente, no item 4, se reconhece os impactos e possibilidades correspondentes, decorrentes dessas transformações, seguido de uma conclusão não definitiva.

2 Cenário político-econômico atuante

Na década de 90, o setor de lácteos no âmbito do Mercosul favoreceu-se dos seguintes condicionantes: nacionais, caracterizados por tentativas de estabilização e reformas estruturais² que estimularam a demanda e produção; sub-regionais, o que possibilitou o aproveitamento de economias de escala³ e concorrências; e internacionais, a partir das negociações do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) visando à

² Rodrick (1996), admite que o êxito das reformas estruturais, tão aplicadas na década de 80, decorreu de condições como: a habilidade dos *policy makers* em disciplinarem setores privados e suas burocracias (estado “forte”); e da capacidade burocrática dos governos em promoverem coalizões. Estas condições facilitarão a ascensão de governos que melhor conciliassem os interesses públicos e privados, reduzissem iniquidades e atuassem sob uma governabilidade a favor das metas econômicas e de desenvolvimento (promoção e supervisão).

³ Um dos elementos da nova teoria do Comércio Internacional. O comércio não necessita ser o resultado de vantagens comparativas, ao contrário, ele pode ser resultado de *rendimentos crescentes* ou de

redução dos subsídios (maior desafio, principalmente p/ UE e EUA) e o incremento da participação no mercado internacional.

A seriedade da gestão macroeconômica das reformas estruturais aliada à melhora do ambiente externo quanto aos níveis de taxas de juros e fluxos de capitais, converteram-se no controle inflacionário e retomada do crescimento. Essas economias então foram reestruturadas via liberalização dos mercados e redução da participação do Estado⁴, ainda sob um contexto de consolidação democrática, que viria a corrigir distorções normativas significantes quanto à produção de bens e serviços na região.

Dessa forma, coincidiram processos de estabilização econômica, como o Plano de Conversabilidade (*Currency Board System*) na Argentina e o lançamento do Mercosul, em 1991, favorecidos reciprocamente pela implementação do Plano Real de estabilização no Brasil, em meados de 1994, apesar dos conseqüentes efeitos das crises financeiras internacionais (México – 1994, Ásia – 1997 e Rússia – 1998).

Nofal e Wilkinson (2000) admitem que a maior convergência observada no Mercosul quanto às reformas orientadas para o mercado, não enfrentou um contexto macroeconômico sem riscos, já que Brasil e Argentina ainda apresentavam uma dependência de poupança externa, dificuldades quanto a *déficits* fiscais e preços relativos, o que fortalecia vulnerabilidades econômicas⁵, só suscetíveis ao aumento da competitividade externa. Diante disso, a recuperação econômica brasileira, sentida a partir de 1995, foi considerada decisiva para o setor de laticínios, elevando sua importância no Mercosul, dados seus relevantes desempenhos e potenciais de crescimento interno considerados.

Aliado aos ajustes estruturais que geraram mercados promissores e atualização quanto as normatizações, a importância do setor de lácteos do Mercosul sobressai, diante de suas elevadas vantagens comparativas internacionais⁶ existentes, as quais viriam a se

economias de escala, isto é, de uma tendência de os custos por unidade serem menores com uma produção maior. As economias de escala dariam aos países um incentivo a se especializarem e a comercializarem mesmo na ausência de diferenças entre os países quanto a seus recursos e sua tecnologia (KRUGMAN, 2001).

⁴ Essa prerrogativa, firmada na elaboração do “Consenso de Washington”, baseia-se no argumento liberal de que a economia é inerentemente estável, o que conduz à idéia de que ela tende a encontrar a trajetória de equilíbrio de pleno emprego em longo prazo. Para isso, “é mister que os mercados sejam livres de forma a permitir que as preferências individuais se definam e se explicitem por meio de ofertas e procuras se igualando nos diferentes mercados (...), isto é, que as expectativas racionais se estabeleçam” (MOLLO e AMADO, 2001, p. 129).

⁵ Diniz (1995) atribui este quadro pós-início da reestruturação dos mercados, especialmente no Brasil, à crise de governabilidade do Estado, num momento de hiperatividade decisória associada à impotência executiva e inoperância estatal, frente às novas exigências de inserção internacional do país. Trata-se dos primeiros sinais de necessidade de mudança do “*modus operandi*” das políticas públicas diante das reformas neoliberais.

⁶ Comprovando que o setor de lácteos no Mercosul é dotado de uma diferença nos seus preços relativos dados as vantagens de produtividade (mão-de-obra, matéria-prima, tecnologia, etc.), refletindo a uma base para um comércio internacional mutuamente benéfico (ampliação do bem-estar). “(...) à medida que cada país amplia sua especialização na produção da *commodity* de vantagem comparativa, incorre em custos de oportunidades crescentes (...) até que os preços se igualem ao nível que o comércio alcance o equilíbrio” (SALVATORE, 1998, p. 36).

converter em um *locus* de competitividade e uma opção rentável dos investimentos externos diretos⁷ (fusões, associações, multinacionais), contribuindo para a inserção externa desses países, através do aumento da produtividade ao longo da cadeia, diminuição dos preços e melhora de qualidade para o consumidor.

Quanto à política comercial externa do Bloco, verifica-se um nível de abertura comercial via diminuição de barreiras (desregulamentação e subsídios), consideravelmente maior que a de outros mercados (UE e EUA), o que favorece o fortalecimento do Bloco e do setor nas negociações multilaterais atuantes. Assim, após o Mercosul, a TEC (Tarifa Externa Comum) sofreu esforços de diminuição, embora algumas distorções ainda persistam, aliadas a barreiras não-tarifárias relacionadas a prazos de pagamentos das importações, medidas fitossanitárias e controles de qualidades.

Outro fator determinante foi a liberalização do comércio intra-Bloco (tarifa zero) entre Brasil e Argentina, diferentemente dos países restantes, os quais ainda estariam submetidos aos regimes de adequação, condenados a extinção definitiva intra-bloco (equilização da TEC), ao longo da efetivação do projeto. O cumprimento da Normativa CMC 10/94, quanto as exportações intra-bloco (limitando os incentivos e a triangulação comercial) e a harmonização das normas técnicas dos diferentes produtos lácteos, estaria contribuindo para amenizar as barreiras ainda pertinentes ao processo integracionista.

Ademais, a ausência de políticas públicas consistentes e específicas para o setor, quanto ao incentivo ao investimento, produção e exportação, contribuiria para que a partir de 1990, tanto o Brasil quanto a Argentina, dessem início ao processo de desregulamentação do setor, através da eliminação gradativa de mecanismos de intervenção do mercado preexistentes. Por fim, tratou-se do desmantelamento das políticas industriais⁸, diante de um Estado racionalizador, característico do cenário de reformas, via aplicação de políticas e programas eventuais, porém expressivos.

⁷ Este novo fator, característico das mudanças na estrutura da economia internacional (globalização), segundo Hirst e Thompson (1998), tem importância crescente a partir da década de 80, na medida em que afeta indiretamente taxas de juros e câmbio, revelando uma capacidade questionável de gerar crescimento agregado, diante de sua desigual e concentrada distribuição social e geográfica, geradora de preocupantes dificuldades de governabilidade (GATT). As multinacionais e sua ampliação via consolidação de *joint ventures*, alianças, parcerias e redes empresariais, cada vez mais interdependentes e vulneráveis, assumem a forma mais evidente da manifestação dos IEDs. Chesnais (1996) qualifica este elemento, pela ausência de uma "natureza de liquidez imediata (pagamento a vista) ou diferida (crédito comercial). Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, introduz uma "dimensão intertemporal", pois a decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem (...). A terceira particularidade é implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico (...). Por último, existe um componente estratégico evidente na decisão de investimento (...) quanto as motivações e horizontes relacionados a exploração tecnológica local (...)" (p. 55).

⁸ O debate em torno da eficácia ou não dessas políticas ganha ênfase, na medida em que o comércio internacional se eleva como importante fonte de ganhos de bem-estar. Para os cepalinos, dadas as imperfeições nos mercados no mundo real, os critérios paretianos de eficiência econômica (ótimo social), baseados nos pressupostos neoclássicos de equilíbrio geral, careceriam dessas intervenções, ainda que o mínimo necessário, como no caso de proteção da indústria nascente (América Latina),

3 Transformações estruturais do setor e comércio

3.1 Brasil e Argentina

Dos países componentes do Bloco, o Brasil assemelha-se ao Paraguai quanto ao nível do abastecimento, originado das pequenas propriedades de produção agrícola diversificada, enquanto a Argentina e o Uruguai destacam-se pela produção especializada.

Dessa forma, o nível de produtividade no Brasil é baixo, dado a existência de uma fraca base genética e um setor informal de leite não fiscalizado, mas que exerce papel dinâmico (40% da produção) na organização da indústria de lácteos internamente. O peso das importações aqui é relevante, ao contrário da Argentina, onde a dinâmica depende dos mercados de exportação, sobretudo do Mercosul (Brasil), revelando importantes diferenças no tamanho dos mercados e heterogeneidade produtiva (leites e derivados).

A seguir, o Quadro 01 demonstra o setor de lácteos do Bloco e seus componentes.

Quadro 01 – Setor de Lácteos no Mercosul em 1996

Componentes	Brasil	Argentina	Uruguai	Paraguai
Produção (L/dia)	17,4 bilhões	7,8 bilhões	1,2 bilhões	430 mil
Nº de vacas	19 milhões	2,4 milhões	348 mil	517 mil
Prod. Rebanho (L/vaca/ano)	900	3.500	2.580	1.850
Nº de produtores	1,2 milhões	22 mil	8 mil	142 mil
Preço ao consumid. (US\$/L)	0,65	0,75	0,55	n.d
Preço ao produtor (US\$/L)	0,25	0,19	0,17	0,23
Consumo per capita (L/ano)	125	190	238	56
Import. (ton./ano)	461 mil	730	300	2,4 mil
Export. (ton./ano)	0	100 mil	80 mil	0
Disponibilidade (L/hab./ano)	94	230	384	47
Particip. principal prod. (%)	50	50	28	50
	Leite fluido	Queijo	Leite em pó	Leite fluido

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Nofal e Wilkinson (2000).

Quanto à organização da cadeia brasileira de lácteos, a década de 90 marcou uma ruptura que coincidiu com a abertura externa e sub-regional, e com o desmantelamento do controle do setor interno.

Desde a década de 40, vinha-se utilizando medidas como a diferenciação de preços (ao consumidor e ao produtor) e a ênfase às importações (leite em pó e manteiga), não

visando a correção de distorções de níveis de produtividade e distribuição equitativa. Porém, para os autores da nova teoria de comércio internacional, esta prática seria discriminada em detrimento do livre-comércio, mesmo diante da incorporação de novos pressupostos (especialização, retornos crescentes, economias de escala, etc.), diante da importância das "dotações relativas de recursos produtivos dos países como a base inicial para a determinação de seus padrões de comércio" (NASSIF, 2000, p.9).

favorecendo o acesso à população e a modernização do setor, mas sim, a indústria de derivados, concentradora dos consumidores de maior renda. Este processo evolui na década de 60, para a organização das cooperativas, diante da expansão da demanda de leite fluido, e para a conseqüente entrada e ampliação das multinacionais (destaque p/ os derivados), dificultando a competição da indústria nacional não-cooperativista, que passa a atuar localmente.

Guiguet e Cappelini (1997), admitem que a crise na década de 80, seguida da abertura e desregulamentação dos anos 90, estabeleceram um ambiente concorrencial em potencial⁹, caracterizado primeiramente pelas cooperativas tradicionais, seguidas pelas multinacionais (Ex: Parmalat e Nestlé) que passam a atuar via compra de indústrias nacionais, processo esse, favorecido pelas baixas barreiras ao mercado já constatadas. Sob essas transformações, (mercados regionais em nacionais e estes em internacionais), a reestruturação do mercado do Leite Fluido é impulsionada, diante do crescimento da comercialização do Leite Longa Vida (bem substituto) e da importação de Leite em Pó, os quais contribuem para a dinâmica do setor em diante.

No final da década de 90, destaca-se o acirramento da concorrência (principalmente Leite Longa Vida e derivados – Cremes, Iogurtes e Sobremesas), a criação da categoria Leite B, que se eleva a um segmento influente, e o crescimento das importações de matérias-primas (principalmente Leite em Pó) oriundas da UE, seguido do Mercosul, opção esta que contribuiu para o debate em torno das reivindicações de modernização do setor.

Pode-se então resumir neste período, três momentos diferentes na cadeia de lácteos brasileira: em 1992 – um quadro de recessão e desregulamentação seguidos de fortes atritos de interesses na cadeia; 1994 – sob o Plano Real, redistribuição de renda e conseqüente crescimento do consumo de lácteos (exportação e importação); e 1995 – um estímulo do mercado pelo Mercosul (via importações), embora levemente prejudicado pela polarização de atores (internos e externos, formal e informal, etc.) no final do período. No Quadro 02, constata-se algumas dessas mudanças.

⁹ Gonçalves (1999), identifica esta fase, como um dos processos componentes da globalização econômica, os quais estariam afetando as dimensões financeira, produtivo-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Esses processos seriam, além do acirramento da concorrência nos mercados internacionais; a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. Embora não fosse possível mensurar diretamente esse acirramento, a crescente importância da questão da competitividade sugere que há uma rivalidade cada vez maior no sistema econômico mundial, fortemente relacionada a vulnerabilidade externa, devido a baixa capacidade de resistência das economias nacionais diante de pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos. As empresas de capital estrangeiro refletem bem isso, dadas suas fontes: “capacidade de mobilização de recursos em escala global, grau de integração do sistema matriz-filial, assimetria de informação, estrutura de mercado internacional, interdependência do mercado em escala global, concentração segundo a origem, importância relativa do país receptor, dinâmica da inovação tecnológica, concentração do desenvolvimento tecnológico, política externa do governo do país de origem, e marco jurídico institucional (...)” (p.45-46). Ver também Baumann, Prado e Canuto, 1998 e CEPAL 1992.

Quadro 02 – Importações Brasileiras de Produtos Lácteos (1995-96)

Produtos	Importação	Do Mercosul	Da Argentina
	(T) 1995 - 1996	(%) 1995 - 1996	(%) 1995 - 1996
Manteiga e outras Gorduras	20.874 - 12.257	43 - 65	16 - 16
Leite e Creme de leite (não concentrados – Longa Vida)	59.169 - 89.160	99,92 - 99,65	60,32 - 48,63
Queijos e Requeijão	89.281 - 33.866	16 - 57	8 - 25
Leite e Creme de leite (concentrados – nata)	210.412 - 196.274	36 - 37	29 - 29

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Secretaria da Receita Federal/MF apud Gomes (1999).

No momento de consolidação do Mercosul, a abertura e crescimento doméstico estimularam a diversificação (derivados - sobretudo iogurtes), a expansão da atuação produtiva e a segmentação do mercado (Ex: Danone-SP passa a produzir sucos e biscoitos, e a Avipal-RS e Arisco-SP entram no mercado), via instrumentos como *marketing* e logística aliada a políticas públicas agrícolas que favoreceriam a eficiência quanto a produtividade (inclusive no armazenamento e distribuição), diante das novas exigências de competitividade lançadas.

Uma conseqüência imediata foi a queda no *ranking* de muitas cooperativas nacionais, as quais, ou não conseguiram sobreviver diante de ultrapassadas formas de financiamento e administração, ou são incorporadas (total ou parcialmente) às empresas líderes multinacionais (Ex: Batavo-PR e Lacesa-RS são adquiridas pela Parmalat-SP, Avaré-SP pela Fleischmann Royal-RJ, e CCGL-RS pela Avipal-RS, dentre outras *joint ventures* realizadas).

Gomes (1999) enfatiza que, embora essa reestruturação e crescimento da indústria ocorram de forma desigual, esse dinamismo só foi possível, porque decorreu do crescimento da economia num contexto de forte elasticidade de renda para lácteos e redistribuição do mercado entre diferentes setores e empresas, internamente e externamente. É neste cenário que o Mercosul fortalece sua influência, estimulando a competitividade dos produtos finais (Leite Longa Vida e Manteiga), e, conseqüentemente, os investimentos em setores específicos (Leite em Pó e Queijos), reorganizando ainda mais a cadeia. No quadro 03 verificam-se as variações pertinentes.

Quadro 03 – Produção, Importação e Consumo de Lácteos no Brasil, na Década de 80 e 90 (Milhões de litros)

Ano	Produção	(%)	Importações	Consumo Per Capita	(%)
1980	11.162	-	774,0	100,57	-
1982	11.461	1,21	79,3	93,15	-0,78
1984	11.933	4,10	206,9	93,91	1,98
1986	12.492	3,43	2.319,0	109,99	16,99
1988	13.522	4,05	214,0	98,24	-2,34
1990	14.484	2,76	906,0	106,34	-2,06
1991	15.079	4,11	1.313,0	111,45	4,51
1992	15.784	4,68	276,0	107,53	-3,52
1993	15.591	-1,22	632,0	107,03	-0,46
1994	15.784	1,24	1.250,0	110,81	3,53
1995	17.189	6,90	3.200,0	130,55	18,09
1996	19.027	10,69	2.450,0	135,95	3,92
1997	20.359	7,00	1.930,0	139,22	2,38

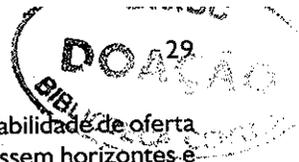
Fonte: Nofal e Wilkinson (2000).

Quanto aos elevados níveis de produtividade dessas cadeias a partir de vigência do Bloco, no Brasil, este crescimento dá-se associado à expansão geográfica e a modernização das bacias leiteiras (maior competitividade do Leite Longa Vida), que priorizam os médios e grandes produtores, apoiados em programas governamentais de melhoramento, transferências de patrimônios e marcas, e estratégias empresariais, baseadas principalmente na coleta a granel via o financiamento da infra-estrutura necessária (tanques de abastecimento).

Vários autores admitem carência de informações, quanto à evolução da produtividade industrial brasileira sob contexto do Mercosul, apesar da queda de seus preços, refletindo uma transformação positiva, tanto no abastecimento da matéria-prima quanto no seu processamento. Ademais, o processo de harmonização de normas técnicas¹⁰ quanto à identificação e qualidade dos produtos é considerado avançado.

Relacionando-se os preços domésticos e internacionais, intra e extra-bloco, constata-se que apesar do aumento do consumo de leite na década de 90, os indicadores apontam uma queda dos preços reais, principalmente dos preços pagos aos produtores rurais, o que se dá, graças à elevada elasticidade-renda dos derivados lácteos, diante do aumento do poder aquisitivo e da concorrência globalizada.

¹⁰ De acordo com a CEPAL 1992, a harmonização, aliada a ferramentas como convergência e coordenação, representa um conjunto de regras cujo objetivo é diminuir a margem de adoção de decisões discricionárias e alcançar uma maior uniformidade na estrutura econômica, em especial nas áreas institucionais e de ambiente econômico de longo prazo: política comercial externa, integração dos mercados internos, leis tributárias, estrutura de políticas industriais e agrícolas, e outras similares. Ainda quanto a hierarquia nas ações de cooperação, "com um nível más alto de dificultad, la armonización tiene mayores repercusiones estructurales y de largo plazo, luego de haberse superado el obstáculo del establecimiento de pautas o reglas" (p. 161).



O plano Real teria trazido um equilíbrio compatível com a estabilidade de oferta e demanda, contribuindo para que as empresas do setor estabelecessem horizontes e metas de planejamento e investimentos a médio e longo prazo (acréscimo das regiões de Minas Gerais e Centro-oeste). Estas condições, aliadas a regionalização do mercado (principalmente via importações intra-zona – 97% no início dos anos 90, com Leite em pó e Queijos), estariam contribuindo para o crescimento da competitividade internacional do Bloco¹¹, através das vantagens comparativas e aumento do bem-estar, embora ainda não como consequência do desempenho exportador do país (última posição no ranking). Porém, na medida em que a tendência à auto-suficiência brasileira de produção concretiza-se de forma gradual, a perspectiva é que seu perfil exportador seja ampliado¹².

Faria, Jank e Lopes (1992), analisando o setor leiteiro argentino, admitem que na década de 80, este se caracterizou como um período de transição entre auto-suficiência relativa e especialização internacional integral¹³, condição esta, que viria a ser desenvolvida e aprofundada na década seguinte.

Os dados apresentados no Quadro 04, quanto à produção e comercialização de lácteos na década de 90, demonstram uma oferta doméstica relevante, onde as exportações assumem um importante recurso diante de possíveis flutuações de demanda interna. Diferentemente do Brasil, a regulação do setor neste país, contribuiu para a previsibilidade de preços e conseqüentes aumentos de escala e produtividade, em ambos mercados (interno e externo), a ponto das exportações compensarem a crise de consumo no final dos anos 80, alcançando os maiores níveis até então constatados, favorecidos ainda mais, pelas medidas de estabilização adotadas com a desregulamentação do setor a partir de 1991.

¹¹ Thorstensen (1996) admite que, quando se analisa o destino das exportações do Mercosul por país-membro, a importância da EU (28%) se destaca principalmente para o Brasil, enquanto a América do Sul (42%) e o Mercosul para a Argentina e os demais países. Ainda quanto ao destino da EU, os principais países membros Brasil e Argentina, apesar de sua pauta de exportações variada (destaque para o Brasil), concentram suas exportações em alimentos, em contraste com a pauta para o Nafta e para a América do Sul, mais diversificada e com produtos de maior valor agregado. Yeats (1997) ressalta o aumento dos mercados para todos os países membros, especialmente intra-regional (que de 1984-94 aumentou 3 vezes), em detrimento do comércio com o Nafta e a Europa, consistindo 63% em produtos industriais manufaturados (Brasil com 81%). Origem das análises na Nota 16.

¹² Giambiagi e Markwald (2002), consideram, que além das dificuldades do Mercosul relacionados à institucionalidade e a solução de controvérsias, o Acordo ainda ofereceria ao Brasil a possibilidade de se tornar o líder de uma região, dados os fatores como: PIB mais elevado, ausência de conflitos étnicos, de fronteira, religiosos, históricos ou culturais, com sistemas financeiros relativamente desenvolvidos, uma tradição capitalista, um parque industrial razoável, consumo de massa e demanda reprimida.

¹³ Posada (1999), analisando as causas do sucesso das estratégias de ajuste do setor agrário argentino, as atribui a densa bagagem cultural dos atores agrários, a qual lhes permitiu adaptar-se (em maior ou menor medida) às novas circunstâncias. "Enquadrados em sua permanente busca de maximizar os ganhos reduzindo os riscos, esses produtores levam a cabo estratégias de ajustes de diferente índole: associar-se com outros produtores (...); avançar para outros momentos da cadeia de produção/comercialização; encarar novas opções produtivas; intensificar em tecnologia (...); celebrar contratos produtivos com agroindústrias; investir em ativos financeiros e outros empreendimentos extra-agrários; etc. (p. 36).

Quadro 04 – Produção Per Capita e Consumo Aparente de Lácteos na Argentina, na Década de 80 e 90 (Por Habitante)

Ano	Produção (mil litros)	Habitantes (milhões)	Prod./Cap. (litros)	Exportações (mil litros)	Importações (mil litros)	Consumo Aparente (litros/hab.)
1981	5.092	28,64	177,8	111	145	178,9
1982	5.487	29,05	188,8	340	10	177,5
1983	5.897	29,46	193,4	379	14	181,0
1984	5.341	29,86	178,8	100	31	176,5
1985	5.862	30,27	197,0	78	20	195,1
1986	5.721	30,68	186,5	137	71	184,3
1987	6.190	31,08	199,1	91	122	200,1
1988	6.061	31,49	192,5	438	62	180,5
1989	6.620	31,49	204,3	870	5	177,2
1990	6.093	32,30	188,7	950	23	160,0
1991	5.837	32,69	181,8	403	540	185,8
1992	6.591	33,38	197,5	57	857	221,4
1993	7.002	33,78	207,3	306	301	207,1
1994	7.777	34,18	227,0	527	391	223,6
1995	8.507	34,77	244,7	1.094	227	219,7
1996	8.865	35,22	251,7	1.118	238	226,7

Fonte: SAGPYA (*Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación*) apud Nofal e Wilkinson (1999).

Considerando-se a importância das exportações no padrão de reestruturação industrial de lácteos na Argentina, destacam-se o Leite em Pó para o mercado brasileiro e Queijos para os EUA (representando 60% e 40% das exportações na década de 80). Admite-se que a dinâmica modernizante do setor teria origem no final da década de 70, quando se iniciou a reestruturação de seu parque industrial, via aumento das plantas, automação e lançamento de novos produtos, o que, por outro lado, teria acarretado a concentração do setor no final da década de 80.

Quanto aos fatores que distinguem a estrutura industrial argentina da brasileira, são vários, e pode-se destacar: a baixa participação de um setor informal; maior produtividade, especialização e conseqüente maior eficiência, além da maior concentração geográfica da demanda; maior peso da renda da população destinado a produtos industrializados (sobretudo Queijos); maior equilíbrio e estabilidade das empresas participantes (Sancor-cooperativa, *La Serenissima*/Mastellone- nacional, e Nestlé – multinacional).

No entanto, com o advento do Mercosul, o crescimento das exportações e as mudanças nos padrões de consumo, o perfil do setor altera-se novamente por uma onda de investimentos, via *joint ventures* (Ex: *La Serenissima* adquire a Danone) e continuação da ampliação das plantas, agora, tanto a nível sub-regional quanto internacional (inclusive no Brasil, com a *La Serenissima* adquirindo a Leite Sol – SP e a Milkalt participando de aquisições diversas). Estas mudanças apontam a extraordinária expansão da cadeia argentina de lácteos, inclusive das cooperativas regionais, via mecanismos de associações com empresas estrangeiras, o que poderia estar provocando uma possível dependência de capital e tecnológica, conseqüentemente favorecida no ambiente de desaceleração do

crescimento do mercado brasileiro na atualidade (fator de vulnerabilidade da expansão das exportações argentinas).

Enfim, neste país, o contraste entre a relativa estabilidade de consumo doméstico e a explosão de novos investimentos diretos (principalmente em Leite em Pó e Queijos, como uma estratégia sub-regional) e alianças, sobretudo com empresas brasileiras, são explicados fundamentalmente pelo salto nas exportações destinadas ao Mercosul.

Quanto à modernização do setor industrial, Nofal e Wilkinson (2000), ressaltam as vantagens relacionadas à ampliação e instalação de plantas ultramodernas em seus segmentos estratégicos e ao aperfeiçoamento de técnicas (equipamentos de frio e manipulação de forragens), inovações e domínios de tecnologias de processamento (concentrados e isolados), aliados a superiores condições naturais de pasto e fitossanitárias, as quais foram os fatores decisivos na ampliação da produtividade e qualidade, internacionalmente reconhecidos.

Outro aspecto refere-se à formação dos preços, os quais são determinados pela qualidade do leite (existência de proteínas, gorduras e microorganismos), remetendo a um controle rígido de qualidade pelas empresas líderes, mediante uma série de outras restrições quanto à refrigeração e processamento. É fato que os maiores desafios tecnológicos e organizacionais, dizem respeito à competitividade em torno da qualidade do produto elaborado no âmbito do Mercosul, o que exige um salto no grau de articulação dos atores da cadeia, o que por sua vez, incorre em superação de entraves de desenvolvimento.

A Argentina, juntamente com o Uruguai, ainda destaca-se pelos preços de venda do leite ao produtor para a indústria, como um dos mais baixos do mundo e seus preços de exportação acompanham a evolução dos preços internacionais, onde o Mercosul e o Brasil (principais mercados) são os fatores determinantes da melhora dos seus termos de intercâmbio. Apesar do relativo aumento dos preços domésticos no início da década, provocado por quadros inflacionários, fatores naturais (secas e inundações) e agravado pelo aumento da rentabilidade exportadora, o cenário de crescente competitividade externa, tende a reduzi-los, tanto a nível regional quanto a nível internacional.

Diante dessas condições, a Argentina desponta como a maior exportadora de lácteos, intra e extra-zona (84% para os EUA – Queijos), representando em torno de 60% para ambos mercados, no período analisado. Destacando-se também, pelo maior *superávit* do Bloco, responsável principalmente pelas exportações (enquanto o Brasil destaca-se com o maior *déficit* comercial), caracterizando-o como o país de maior abertura comercial e comércio exterior de produtos lácteos (MARCONDES, 1998), comprovado na evolução de seus coeficientes de abertura que apontam importações e exportações superiores ao seu consumo e produção respectivamente.

4 Efeitos e desafios decorrentes

O setor de lácteos tem sido um dos mais representativos da transformação produtiva da economia, após a implementação do Mercosul, aliado aos processos de estabilização instituídos a partir da década de 90. De modo geral, a formação do Bloco possibilitou, quanto à demanda, a ampliação do mercado, eliminação das barreiras e substituição de importações e exportações, favoravelmente à região, ainda contribuindo para redução dos preços domésticos. Quanto à oferta, as vantagens comparativas do setor contribuíram para a entrada de capitais externos, estimulando a concorrência a nível local e regional, pressionando as empresas a modernização de suas estruturas produtivas, e acarretando aumento de produtividade e reorganização das cadeias.

Entretanto, os impactos do Mercosul e os conseqüentes ganhos de produtividade, apresentam níveis diferenciados, não só de um país para o outro, como de cada segmento produtor da cadeia. Na Argentina, o Mercosul teve maiores efeitos para o setor industrial do que para o agropecuário, enquanto que para o Brasil, ambos segmentos parecem sensíveis (produção e comércio). De qualquer forma, o Bloco parece assumir uma importância maior, nos segmentos produtivos visados à exportação, enquanto a estabilidade econômica do país é fundamental para os produtos de maiores consumos domésticos.

Quanto às fusões ou *joint-ventures* realizadas pelas empresas em busca de ganhos de competitividade, a integração regional incentivou no Brasil a forte incursão de multinacionais, dado o ambiente crescente de concorrência, principalmente do mercado regional (Argentina), o que eclodiu na queda dos preços em ambos os segmentos, diferentemente da Argentina, onde as cooperativas acompanharam a reestruturação do setor. Entretanto, empresas nacionais e internacionais, em todos os países do Bloco, encontram-se num avançado grau de sub-regionalização, representando um dos setores que mais rapidamente tende a integração, tanto da produção quanto do comércio (NOFAL e WILKINSON, 1999).

Dessa forma, os desafios pertinentes a curto prazo, referem-se à superação da crise internacional financeira, o que desestimula a demanda, acirra ainda mais a concorrência entre os países exportadores, e favorece a instituição de medidas protecionistas. Por outro lado, no âmbito regional, alia-se à superação de dificuldades relacionadas à diminuição do ritmo de crescimento de suas economias, o que se converte em redução dos investimentos, liquidez e aumento das taxas de juros, agravados pelo perigo constante de retrocesso do acordo integracionista, isto é, a prática de barreiras tarifárias e não-tarifárias (relacionados a controles sanitários e de qualidades). Quanto ao Brasil, destaca-se o desafio de, a longo prazo alcançar o seu abastecimento doméstico, enquanto que para a Argentina é a capacidade de absorção de um aumento crescente de suas exportações o fator preocupante.

Dados da FAO e IBGE (1998) sobre o impacto do Mercosul no comércio de lácteos na década de 90, confirmam a disponibilidade de vantagens comparativas reveladas em lácteos, em todos os produtos (principalmente Queijos) para os países de Argentina e Uruguai, ao contrário do Brasil e do Paraguai. Após a implementação do Acordo, essas vantagens são potencializadas por um crescimento de comércio intra-zona (especialmente

com o Brasil), porém num contexto de preferências tarifárias e regionalismo aberto¹⁴.

Outras análises revelaram um índice de orientação regional¹⁵ intra e extra-zona crescente, embora com níveis diferenciados para cada segmento produtivo (maiores para os Leites e Cremes, seguido dos Queijos), enquanto o comércio intra-industrial entre os países, refletiu uma baixa intensidade, incorrendo num comércio de uma só via, isto é, um país só importa ou só exporta significadamente um para o outro, ao passo que a Argentina possui os maiores índices de intensidade de comércio extra-zona.

Quanto à criação e desvio comercial, o Brasil é responsável pela criação de comércio para a Argentina e conseqüente aumento de bem-estar para ambos, na medida em que, favorecidos pelo processo integracionista, substituíram suas importações de lácteos da UE e da EUA (menos eficientes), pelas importações da Argentina. Por outro lado, é possível que isto incorra também em desvios de comércio de outros mercados não-membros, embora aqui sejam desconsiderados para a análise.

Assim, consensualmente, considera-se que o Mercosul não só conseguiu reduzir os níveis de proteção no decorrer dos anos 90, como também contribuiu para a formação de uma das sub-regiões de produção e comércio externo com menos distorções conhecidas, livre de subsídios, quotas, controles de preços e outras medidas protecionistas, ainda adotadas pelos maiores produtores de lácteos nos países desenvolvidos.

5 Conclusão

O processo de transformação recente do setor de lácteos em países na América Latina, incorreu na constatação de fatores intrinsecamente relacionados com a forma de

¹⁴ Embora as visões da integração do Mercosul (liberal e neodesenvolvimentista) refletissem as tradicionais teorias de integração econômica, este processo estaria firmando-se a partir de uma terceira visão: o regionalismo aberto, o qual seria "uma tentativa de se implementar uma integração econômica que procurasse produzir não apenas o efeito de criação de comércio (...). Esse modelo seria, portanto, menos protecionista que a União Européia e ainda sem coordenação ou normatização supranacional, mas mais profundo e abrangente que o modelo do Nafta" (PRADO, 1997, p.290). Já Rosenthal (1994) considera este estágio como uma alternativa viável, principalmente para a A.L., por permitir a conciliação de vantagens intra-regionais com a inserção ativa de mercados e na dinâmica globalizante. A possibilidade de alcance desse regionalismo ainda seria possível, via a "conciliação de interdependência de acordos resultantes dos mercados (liberalização comercial); compatibilidade política (...); diferenciação de abertura (...); eliminação de barreiras (...); compromisso de harmonização política (fator de êxito)" (p. 942-945).

¹⁵ Segundo Yeats (1997), existem preocupações quanto à proliferação dos arranjos comerciais regionais, entre elas, um novo regionalismo, o protecionismo contra o não-membro e o desvio de comércio para os membros em detrimento de terceiros. Analisando o Mercosul, o autor levantou a direção e a composição do comércio intra-zona, bem como suas orientações regionais. Thorstensen (1996) e outros autores puderam então constatar, a ocorrência de uma importante reorientação das exportações para os mercados regionais no caso do Mercosul, as quais favorecidas por políticas de preços e de barreiras comerciais, estariam contribuindo então para a revelação de novas vantagens comparativas, porém, também para o desvio de comércio e possíveis deslocamentos de eficiência e bem-estar mundiais. "Os ganhos de comércio estariam relacionados à magnitude dos efeitos de "criação de comércio" (substituição de produção doméstica por importações de países membros gerando benefícios) e de "desvio de comércio" (substituição das importações de outros países pelas nações membros gerando perdas)" (VINER *opud* RUBIN, 2004, p. 3.)

4 Efeitos e desafios decorrentes

O setor de lácteos tem sido um dos mais representativos da transformação produtiva da economia, após a implementação do Mercosul, aliado aos processos de estabilização instituídos a partir da década de 90. De modo geral, a formação do Bloco possibilitou, quanto à demanda, a ampliação do mercado, eliminação das barreiras e substituição de importações e exportações, favoravelmente à região, ainda contribuindo para redução dos preços domésticos. Quanto à oferta, as vantagens comparativas do setor contribuíram para a entrada de capitais externos, estimulando a concorrência a nível local e regional, pressionando as empresas a modernização de suas estruturas produtivas, e acarretando aumento de produtividade e reorganização das cadeias.

Entretanto, os impactos do Mercosul e os conseqüentes ganhos de produtividade, apresentam níveis diferenciados, não só de um país para o outro, como de cada segmento produtor da cadeia. Na Argentina, o Mercosul teve maiores efeitos para o setor industrial do que para o agropecuário, enquanto que para o Brasil, ambos segmentos parecem sensíveis (produção e comércio). De qualquer forma, o Bloco parece assumir uma importância maior, nos segmentos produtivos visados à exportação, enquanto a estabilidade econômica do país é fundamental para os produtos de maiores consumos domésticos.

Quanto às fusões ou *joint-ventures* realizadas pelas empresas em busca de ganhos de competitividade, a integração regional incentivou no Brasil a forte incursão de multinacionais, dado o ambiente crescente de concorrência, principalmente do mercado regional (Argentina), o que eclodiu na queda dos preços em ambos os segmentos, diferentemente da Argentina, onde as cooperativas acompanharam a reestruturação do setor. Entretanto, empresas nacionais e internacionais, em todos os países do Bloco, encontram-se num avançado grau de sub-regionalização, representando um dos setores que mais rapidamente tende a integração, tanto da produção quanto do comércio (NOFAL e WILKINSON, 1999).

Dessa forma, os desafios pertinentes a curto prazo, referem-se à superação da crise internacional financeira, o que desestimula a demanda, acirra ainda mais a concorrência entre os países exportadores, e favorece a instituição de medidas protecionistas. Por outro lado, no âmbito regional, alia-se à superação de dificuldades relacionadas à diminuição do ritmo de crescimento de suas economias, o que se converte em redução dos investimentos, liquidez e aumento das taxas de juros, agravados pelo perigo constante de retrocesso do acordo integracionista, isto é, a prática de barreiras tarifárias e não-tarifárias (relacionados a controles sanitários e de qualidades). Quanto ao Brasil, destaca-se o desafio de, a longo prazo alcançar o seu abastecimento doméstico, enquanto que para a Argentina é a capacidade de absorção de um aumento crescente de suas exportações o fator preocupante.

Dados da FAO e IBGE (1998) sobre o impacto do Mercosul no comércio de lácteos na década de 90, confirmam a disponibilidade de vantagens comparativas reveladas em lácteos, em todos os produtos (principalmente Queijos) para os países de Argentina e Uruguai, ao contrário do Brasil e do Paraguai. Após a implementação do Acordo, essas vantagens são potencializadas por um crescimento de comércio intra-zona (especialmente

com o Brasil), porém num contexto de preferências tarifárias e regionalismo aberto¹⁴.

Outras análises revelaram um índice de orientação regional¹⁵ intra e extra-zona crescente, embora com níveis diferenciados para cada segmento produtivo (maiores para os Leites e Cremes, seguido dos Queijos), enquanto o comércio intra-industrial entre os países, refletiu uma baixa intensidade, incorrendo num comércio de uma só via, isto é, um país só importa ou só exporta significadamente um para o outro, ao passo que a Argentina possui os maiores índices de intensidade de comércio extra-zona.

Quanto à criação e desvio comercial, o Brasil é responsável pela criação de comércio para a Argentina e conseqüente aumento de bem-estar para ambos, na medida em que, favorecidos pelo processo integracionista, substituíram suas importações de lácteos da UE e da EUA (menos eficientes), pelas importações da Argentina. Por outro lado, é possível que isto incorra também em desvios de comércio de outros mercados não-membros, embora aqui sejam desconsiderados para a análise.

Assim, consensualmente, considera-se que o Mercosul não só conseguiu reduzir os níveis de proteção no decorrer dos anos 90, como também contribuiu para a formação de uma das sub-regiões de produção e comércio externo com menos distorções conhecidas, livre de subsídios, quotas, controles de preços e outras medidas protecionistas, ainda adotadas pelos maiores produtores de lácteos nos países desenvolvidos.

5 Conclusão

O processo de transformação recente do setor de lácteos em países na América Latina, incorreu na constatação de fatores intrinsecamente relacionados com a forma de

¹⁴ Embora as visões da integração do Mercosul (liberal e neodesenvolvimentista) refletissem as tradicionais teorias de integração econômica, este processo estaria firmando-se a partir de uma terceira visão: o regionalismo aberto, o qual seria "uma tentativa de se implementar uma integração econômica que procurasse produzir não apenas o efeito de criação de comércio (...). Esse modelo seria, portanto, menos protecionista que a União Européia e ainda sem coordenação ou normatização supranacional, mas mais profundo e abrangente que o modelo do Nafta" (PRADO, 1997, p.290). Já Rosenthal (1994) considera este estágio como uma alternativa viável, principalmente para a A.L, por permitir a conciliação de vantagens intra-regionais com a inserção ativa de mercados e na dinâmica globalizante. A possibilidade de alcance desse regionalismo ainda seria possível, via a "conciliação de interdependência de acordos resultantes dos mercados (liberalização comercial); compatibilidade política (...); diferenciação de abertura (...); eliminação de barreiras (...); compromisso de harmonização política (fator de êxito)" (p. 942-945).

¹⁵ Segundo Yeats (1997), existem preocupações quanto à proliferação dos arranjos comerciais regionais, entre elas, um novo regionalismo, o protecionismo contra o não-membro e o desvio de comércio para os membros em detrimento de terceiros. Analisando o Mercosul, o autor levantou a direção e a composição do comércio intra-zona, bem como suas orientações regionais. Thorstensen (1996) e outros autores puderam então constatar, a ocorrência de uma importante reorientação das exportações para os mercados regionais no caso do Mercosul, as quais favorecidas por políticas de preços e de barreiras comerciais, estariam contribuindo então para a revelação de novas vantagens comparativas, porém, também para o desvio de comércio e possíveis deslocamentos de eficiência e bem-estar mundiais. "Os ganhos de comércio estariam relacionados à magnitude dos efeitos de "criação de comércio" (substituição de produção doméstica por importações de países membros gerando benefícios) e de "desvio de comércio" (substituição das importações de outros países pelas nações membros gerando perdas)" (VINER apud RUBIN, 2004, p. 3.)

organização institucional e produtiva da cadeia agroindustrial. Entre eles, destacam-se os potenciais estratégicos de um produto (leites e derivados), capaz de adaptar-se rapidamente às novas exigências de tecnologia e especialização.

Sob um cenário coincidente de mudanças visando a estabilização e a retomada do crescimento econômico interno, aliado a um processo de abertura comercial impulsionada pela conformação do Mercosul, Brasil e Argentina beneficiam-se das vantagens de uma reestruturação industrial e de um regionalismo aberto característico. Assim, se os benefícios internos impulsionaram a demanda (Brasil), por outro lado, as condições favoráveis ao comércio internacional, contribuiriam para a oferta (Argentina), diante da potencialização de seus mercados sub-regionais através da conseqüente elevação de suas competitividades multilaterais.

Ademais as dificuldades reveladas, relacionadas a diferenças de níveis e graus tecnológicos, composição dos segmentos produtivos estratégicos, mercado consumidor e produção, evolução dos preços, participação dos atores, níveis de proteção (tarifários ou não), importância do Bloco para o setor e existência de mecanismos de promoção do comércio, entre outros fatores, ambos países encontram-se em melhor situação de bem-estar econômico do que antes das mudanças.

De forma geral, confirma-se então, que as necessidades de ajustes a curto e longo prazo remetem aos desafios de eliminação dos entraves de produção, diversificação e comercialização, decorrentes de obstáculos institucionais e quanto à modernização, específicos de cada segmento produtivo e cadeia. Assim, é desejável que o desenvolvimento de políticas públicas e industriais compatíveis com este setor, concilie e facilite seus objetivos de crescimento e sustentabilidade, amenizando gradativamente, o grau de vulnerabilidade e restrições decorrentes, para que o Mercosul possa definitivamente avançar sob suas prerrogativas de ampliação e distribuição da eficiência e bem-estar generalizados.

6 Referências

- CEPAL. *Ensayos sobre coordinación de políticas macro económicas. Inferências para la integración latinoamericana*. Santiago: Naciones Unidas, 1992, p. 159-169 e 197-207.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.
- FAO -Fundación de Investigaciones económica Latinoamericanas. *Yearbook*, 1998, (www.fao.org).
- FARIA, Y; JANK, M. e LOPES, M. R. *Caracterização do setor lácteo da Argentina: algumas comparações com o Brasil*. São Paulo, 1992 (mimeo).
- GIAMBIAGI, F.; MARKWALD, R. A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial:

- Mercosul ou *lonely runner*? *Ensaio BNDS*, Rio de Janeiro: maio 2002 (texto para discussão, n. 14).
- GOMES, Sebastião T. *Cadeia agroindustrial do leite no Mercosul*. Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GUIGUET, Edith D. e CAPPELINI, Osvaldo. *El Mercosur lácteo: evolución del proceso de integración*. Santa Fé: Junta Intercooperativa, 1997.
- HIRST, P; THOMPSON, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- IBGE, INDEC, DGEEC. *Mercosur: Inventários Estatísticos Nacionais*, 1998.
- KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- MARCONDES, Tabajara. Leite: medidas ainda não reduziram importações. *Informe Conjuntural*. Florianópolis, Instituto CEPA, ano 16, n. 697, 1998.
- MOLLO, M. e AMADO, A. A globalização e blocos regionais: considerações teóricas e conclusões de política econômica. *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 1, 2001.
- NASSIF, A.L. A articulação das políticas industrial e comercial nas economias em desenvolvimento contemporâneas: uma discussão analítica. *Revista da Economia Política*, v. 20, n. 02 (78), abril-junho 2000.
- NOFAL, Maria B. & WILKINSON, John. *La producción y el comercio de productos lácteos en el Mercosur. Integración & Comercio*. Buenos Aires, agosto de 1999.
- NOFAL, Maria B. & WILKINSON, John. *O impacto setorial da integração no Mercosul*. BID - INTAL. Buenos Aires: Maio de 2000.
- POSADA, Marcelo G. Imperativos econômicos e condutas sociais: estratégias de ajuste do coletivo agrário pampeano. *Cadernos do CEAS*, Buenos Aires, agosto de 1999.
- PRADO, L. C. D. Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. *Ensaio FEE*, v. 18, n. 1, p. 276-299, 1997.
- RODRIG, Dani. *Understanding economic policy reform*. *Journal of Economic Literature*. Columbia University, Vol. XXXIV, March, 1996.
- ROSENTHAL, G. (coord.). Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL*. Santiago do Chile, p. 939-958, 1994.
- RUBIN, Luciane S. Impactos dos acordos comerciais e estratégias de integração: Alca ou Mercosul - EU. *CEDOS/UFSM 2004* (mimeo).
- SALVATORE, Dominick. *Economia internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

THORSTENSEN, V. Desenvolvimento da cooperação econômica e das relações comerciais entre a EU e o Mercosul: interesses comuns e desafios. *Política Externa*, v. 5, n. 1, jun-jul-ago 1996.

YEATS, A. *Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?* International Economics Department, Washington, The World Bank: Policy Research Working Paper, n. 1729, february, 1997 (33 p.).

Recebido para publicação em 18/09/05

Aceito para publicação em 03/11/05